

Emergência nacional



Por JOSÉ DIRCEU*

A incompetência e fanfarronice de Bolsonaro e seus ministros militares diante da pandemia poderão ser o equivalente ao que foi a Guerra das Malvinas para as Forças Armadas da Argentina, o início de um descrédito duradouro.

Um equilíbrio instável se instala no país num momento de extrema gravidade, de emergência nacional. O Brasil se encontra em uma situação de risco extremo decorrente da flexibilização do isolamento social necessário para conter a pandemia do coronavírus ou mesmo do esgarçamento total das medidas preventivas. Tudo isso provocado pela ação criminosa do presidente da República e de seu governo que atuam de forma lenta, segura e gradual para liberar todas as atividades econômicas. Para tanto evitam aplicar as medidas necessárias à sobrevivência do comércio, das empresas de serviços e de indústrias de pequeno e médio porte.

Sob o risco de provocar uma tragédia, assistimos à convocação de manifestantes pelo presidente da República - suas milícias armadas - para invadir hospitais e verificar se existem leitos de UTI disponíveis para a população, quando é público e notório que a maioria dos hospitais já está operando no limite de sua capacidade. Com essa atitude, a tropa de choque bolsonarista coloca em risco a segurança dos médicos, enfermeiros e funcionários e dos próprios pacientes.

Exatamente quando os governadores e prefeitos necessitam de paz e tranquilidade para enfrentar a pandemia, num quadro de recessão econômica, com queda da arrecadação e aumento das despesas e de investimentos em saúde e segurança, Bolsonaro atrasa a liberação de recursos para Estados e Municípios e desencadeia uma série de operações policiais supostamente para combater ilícitudes nas compras de respiradores e EPIs. Operações estas que não escondem o verdadeiro objetivo político de constranger, ameaçar e acuar seus opositores, aqueles que defendem o isolamento social.

Quando o país devia se concentrar totalmente no combate à pandemia, Bolsonaro continua sua escalada autoritária, recriando o Ministério da Comunicações e o entregando a um integrante do grupo Silvio Santos na pessoa de seu genro, o deputado Flávio Faria. E edita uma Medida Provisória inconstitucional violadora da autonomia das universidades, que em boa hora o presidente do Congresso Nacional devolveu ao Executivo.

Frente às inexoráveis investigações conduzidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Superior Eleitoral (que envolvem denúncias contra um dos seus filhos de uso ilegal de recursos para financiar uma indústria de *fake news* na campanha eleitoral de 2018 e, agora, contra seus opositores e os ministros da Suprema Corte), Bolsonaro assina uma nota com seu vice e o ministro da Defesa, todos militares da reserva, ameaçando abertamente desobedecer e não cumprir decisões da Justiça Eleitoral ou da Suprema Corte. O verdadeiro motivo da nota foi a decisão liminar do STF negando às Forças Armadas um suposto poder moderador e sinalizando a submissão do poder militar ao civil e à Constituição.

A cada dia cresce a oposição a Bolsonaro. Na última semana assistimos à multiplicação das manifestações de rua, com os devidos cuidados e distanciamentos; os manifestos de diferentes setores da sociedade; a posição unificada das centrais sindicais; os pedidos de impeachment firmados por todos partidos de esquerda; a posição firme de entidades como OAB, CNBB, ABI, Fenaj, AMB, AJUFE e CNMP, defendendo a Constituição, o Congresso Nacional, o STF, enfim, a democracia. Está se firmando na sociedade a convicção de que o centro da crise é o próprio presidente e sua evidente - e cada dia mais ousada - tutela militar.

Como os tribunais superiores (o TSE e o STF) insistem em cumprir a Constituição, dando continuidade ao pedido de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão e às investigações sobre as *fake news* e os ataques a ministros da Corte Suprema,

a terra é redonda

Bolsonaro, seu vice e o ministro da Defesa ousaram ameaçar não cumprir decisões judiciais. Os três cometem crimes de responsabilidade. Como tenho denunciado em diversas vezes os militares se auto-outorgaram ilegalmente um poder moderador e pretendem se colocar acima da Constituição.

A gravidade da ação de Bolsonaro, de seu vice e do ministro da Defesa estimulou novas ações contra o STF por parte da tropa de choque bolsonarista, que atacou a sede da Corte Suprema com fogos de artifício.

Infelizmente partidos como o PSDB, o DEM e o MDB, responsáveis pelo golpe de 2016 contra a presidente Dilma e pela prisão de Lula, vacilam ou se opõem ao impeachment de Bolsonaro. Amplos setores do empresariado e da mídia comercial também insistem em mantê-lo no exercício da presidência, apesar dos reiterados crimes que comete e das ameaças agora diárias à legalidade. Agem assim os políticos da centro-direita e a elite do empresariado e dos meios de comunicação que o apoia a partir de cálculos eleitorais e/ou para preservar as chamadas reformas liberais do ministro da Economia. Ao colocar a democracia em risco estão cometendo suicídio

É imperativo e condição para a manutenção das liberdades políticas e civis, dos direitos sociais conquistados na constituição de 1988, afastar o presidente da República de suas funções. Caso o TSE casse a chapa Bolsonaro-Mourão, o caminho é convocar eleições gerais e restaurar a soberania popular conspurcada pelas fraudes, *fake news* e abuso do poder econômico nas eleições de 2018.

Não podemos nos iludir com falsas questões. Nem subestimar os militares e a extrema direita armada que apoia Bolsonaro. A hora é de união de todos democratas para salvar o Brasil de outra ditadura. Sem liberdade e sem eleições livres, o povo fica indefeso e perde seus principais instrumentos de lutas: o voto, as ruas, as greves e as manifestações, a liberdade de organização e de expressão. Nada pode ser mais importante que a liberdade e a democracia, condição para a luta pelos direitos inalienáveis das classes trabalhadoras.

Não é hora de tibieza e de meios termos em relação às violações da Constituição, nem de vacilações quanto ao papel das Forças Armadas – que serão responsabilizadas pela história, mais uma vez, pela tragédia humanitária que já ceifou mais de 40 mil vidas e vai matar muito mais se não se impedir os golpes diários que minam a prática de isolamento social.

A pandemia do coronavírus e a crise sanitária dela decorrente pela incompetência e fanfarronice de Bolsonaro e seus ministros militares - já que a farda está na gestão do Ministério da Saúde - poderão ser a Guerra das Malvinas das Forças Armadas brasileiras.

***José Dirceu** foi ministro da Casa Civil no primeiro governo Lula. Autor, entre outros livros, de *Memórias* (editora Geral).

Publicado originalmente no blog [Nocaute](#).